

	<p>COMUNICAÇÃO INTERNA</p>	<p>DATA: 17/05/2021</p>
---	--------------------------------	-----------------------------

DE	Recursos Humanos – Andreza Prestes	<input type="checkbox"/> P/ HOJE <input type="checkbox"/> SEM URGÊNCIA <input checked="" type="checkbox"/> URGENTE <input type="checkbox"/> PARA
PARA	Departamento Jurídico	
REF	TCEMG - Auditoria	

Ilmo. Sr.,

2.1 - Pagamento de horas extras de forma habitual e contínua

Foi encaminhado conforme solicitado a informação do registro de ponto de 44 (quarenta e quatro) servidores. Ressaltando que temos três tipos de registro de ponto, sendo: ponto biométrico, escala de revezamento e ponto manual. Portanto, foi considerado pelo TCEMG apenas os 29 (vinte e nove) servidores do ponto biométrico.

Informamos que em momento algum, fomos acionados pela Comissão sobre quaisquer dúvidas ou pedido de esclarecimentos.

Quanto aos servidores que trabalham 5,5 h, com autorização de hora extra, esses servidores, mesmo fazendo hora extra diariamente não extrapolam a jornada de trabalho de 8h dia.

Outro ponto a considerar é que, essas horas extras autorizadas aos servidores de 5,5h são muito mais em conta, mesmo no limite de 60 (sessenta) horas pago por Lei, do que contratar servidores para atender as demandas executadas por esses servidores, trazendo uma economia para a autarquia.

Nome do servidor	Hora Extra	Valor pago	Contratar um servidor (salário mínimo R\$998,00+ encargos sociais 23,5454%)
João Geraldo Carvalho Lessa	60	R\$1.287,82	R\$1.232,98
Geraldo Magela Martins	60	R\$816,55	R\$1.232,98
Celso Pereira da Silva	60	R\$802,94	R\$1.232,98
Israel Rodrigues Medeiros	60	R\$816,55	R\$1.232,98
Bruna de Souza Torres	60	R\$544,36	R\$1.232,98
Ariadna França de Oliveira	60	R\$544,36	R\$1.232,98
Lorena de Souza Pereira	60	R\$544,36	R\$1.232,98
TOTAL		R\$5.356,94	R\$8.630,86

Diante do quadro acima, percebe-se que o valor das horas extras pago aos servidores de 5,5h, é consideravelmente inferior do que o valor para contratar servidores para substituí-los.

O melhor método para sanear essa situação é a realização de um concurso público, no qual, já está sendo programado, e que só não aconteceu ainda devido a Pandemia, conforme vedação do Art. 8º da Lei Complementar Federal nº 173 de 28 de maio de 2020.

Importante ressaltar que após reunião com o Ministério Público no qual foi instituída a Comissão Especial para verificação e análise de cargos contratados, comissionados, e/ou outros títulos precários na estrutura do quadro de pessoal do SAAE, através da Portaria nº 39 de 14 de outubro de 2019, portanto, em 29 de janeiro de 2021 a Fundação João Pinheiro foi contratada para realizar o processo de modernização do plano de cargos e salário da Autarquia, bem como a reestruturação do quadro de pessoal e tem como prazo de entrega 31 de julho de 2021. Ressaltando que, o projeto só não foi finalizado pela Fundação João Pinheiro em 2020, tendo em vista a Pandemia.

2.2 – Concessão/pagamento de gratificação de empenho aos servidores do SAAE ocupantes de cargos/ funções não contempladas na legislação

Neste item o Departamento de Recursos Humanos do SAAE identificou um erro material no preenchimento da planilha enviada ao TCEMG, portanto, já entramos em contato com a Comissão do TCEMG, através da pessoa do Fabiano Murilo através de seu e-mail institucional (Fabiano.melo@tce.mg.gov.br) no 12 de maio de 2021. O mesmo nos orientou *“Não é necessário se desculpar. Todos nós estamos sujeitos a erro. Qualquer equívoco que tenha acontecido nos dados informados, pode ser esclarecido e alegado como matéria de defesa, que será apreciado pela Unidade Técnica e pelo relator do processo”*.

O TCEMG nos enviou umas planilhas a serem preenchidas, o erro ocorreu na planilha 2 – Gratificação de Empenho, onde na linha 45 nome e matrícula deveriam ser preenchidas com Belarmino José F. da Silva matrícula 1346, e foi preenchida com Benedito Marcossi Pereira matrícula 1028, com os dados a partir de CPF do servidor Belarmino.

O erro provocou um efeito cascata até a linha – Cássio Heleno Teixeira que após a retificação passou para a linha 53.

Fato é que, as informações truncadas em efeito cascata gerou o quadro da página 23 do relatório.

Quanto a linha 167 deste mesmo quadro informamos que a servidora já havia sido exonerada do cargo de Coordenadora de Departamento de Recomposição de Pavimentos, e estava trabalhando e recebendo como operadora de casa de máquina, portanto, recebendo a gratificação de empenho. A falha por esquecer de retirar da folha a nomenclatura do cargo de Coordenadoria da servidora não gerou o pagamento no cargo, no entanto, no relatório de sua folha de pagamento a mesma recebe a gratificação de empenho como operadora de casa de máquina.

2.3 – Concessão/pagamento de gratificação de empenho sem a devida correspondência entre o cargo ocupado e a natureza (nomenclatura) da gratificação de empenho recebida

Na tabela apresentada na página 31, identificamos que alguns servidores estão com reflexo do erro material retificado pelo Departamento de Recursos Humanos do SAAE.

Linha	Nome	Cargo ORIGEM	Gratificação de empenho recebida pelo servidor
11	Abenar Neri de Oliveira	Bombeiro	Operador de Casa de Máquina
45	Benedito Marcossi Pereira	Operador de Casa de Máquina	Leiturista
48	Carlos França Linhares	Operador de Casa de Máquina	Operador de Casa de Máquina
49	Carlos José Portilho	Operador de Casa de Máquina	Leiturista
51	Cássio Gazerdin Raydan Júnior	Bombeiro	Operador de Casa de Máquina
123	Hugo Leonardo Peixoto Lyra	Motorista	Operador de Máq. Pesadas
124	Israel Barbosa Gomes	Bombeiro	Eletricista
207	Pedro Barbosa Nascimento	Bombeiro	Operador de Casa de Máquina
227	Robson Eugênio de Abreu	Motorista	Operador de Casa de Máquina
260	Wanderson dos Santos Marins	Motorista	Operador de Casa de Máquina
269	Wenderson Maria de Sousa	Bombeiro	Operador de Casa de Máquina

Em relação ao quadro acima, observamos que o preenchimento da linha 11 – servidor Abenar Neri de Oliveira, foi informado que o cargo de origem do servidor é operador de casa de máquina e a gratificação de empenho de bombeiro, portanto, acredito que houve um erro material por quem repassou para esse relatório, tendo em vista que, referido servidor tem como cargo de origem bombeiro e recebendo a gratificação de empenho como operador de casas de máquinas.

Do servidor Benedito Marcossi ao servidor Cássio Gazerdini, esses dados fazem parte da retificação enviada ao TCEMG, devido a um erro material no preenchimento da planilha enviada ao TCEMG pela Autarquia.

Os demais servidores são contemplados por direito receber a gratificação em seu cargo de origem e estavam recebendo em outra nomenclatura pois, estavam realizando outras funções, portanto, essa

mudança de nomenclatura não onera o erário.

Vale ressaltar que foi informado a esse TCEMG no item 2.3.8 que estava tramitando o Projeto de Lei nº 28/2020, que extinguiria a gratificação vigente e criaria uma gratificação por Produtividade que corrigiria todas as distorções bem como os desvios de funções condicionados por essa gratificação.

Portanto, informamos que a Lei nº 6.822 de 08 de setembro de 2003 que regulamentava a Gratificação de Empenho foi extinta, passando a vigorar a Gratificação por Produtividade regulamentada pela Lei nº 9.027 de 03 de abril de 2020.

2.4 – Concessão de gratificação de empenho sem a devida regulamentação legal

Observa-se que houve um erro material por quem redigiu o texto da Lei, provocando uma incongruência entre os artigos 2º, parágrafo único e o Art. 6º no texto da Lei nº 6.822 de 08 de setembro de 2003, não descaracterizando a intenção proposta pela Lei em seu artigo 2º.

Ressaltamos que a Lei nº 6.822 de 08 de setembro de 2003 que regulamentava a Gratificação de Empenho foi extinta, portanto, passou a vigorar a Gratificação por Produtividade regulamentada pela Lei nº 9.027 de 03 de abril de 2020.

2.5 – Utilização de base de cálculo diversa da prevista em lei no pagamento do adicional de triênio

A alteração feita nos valores pago ao a título de triênio aos servidores ocupantes de cargo comissionado foi com base no Artigo 5º da Lei nº 8.975 de 30 de setembro de 2019, que elucida: *“Respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada, o servidor efetivo que vier a ser nomeado para o cargo em comissão fará jus ao vencimento desse cargo e as vantagens pessoais, tais como adicionais e gratificações, deverão ser calculadas com base no vencimento básico ou de carreira do servidor, podendo optar pelo vencimento de seu cargo de origem”*.

2.6 – Ocorrência do efeito cascata no pagamento do adicional de tempo de serviço – trintenário e vintenário

O pagamento do trintenário é realizado com base no art. 146 da Lei Complementar Municipal nº 192/2016 em vigência e que até a presente auditoria não foi discutida a sua inconstitucionalidade.

Quanto ao vintenário, o mesmo foi revogado e com base no cumprimento da Recomendação Ministério Público 045/2018 esse benefício foi suspenso da folha de pagamento dos servidores a partir de janeiro de 2019.

2.7 – Não constatação da existência de laudos técnicos (configuração e caracterização)

devidamente assinados por profissionais habilitados que fundamentem o pagamento de adicionais de insalubridade e periculosidade aos servidores do SAAE.

Conforme Portaria nº 3.214 de 08 de junho de 1978 a NR 4 – SESMT no quadro II – Dimensionamento do SESMT, relata que as empresas de Grau de risco 3 com 251 a 500 servidores tem que ter 02 técnicos de segurança do trabalho, ou seja, não exige engenheiro de segurança do trabalho na empresa.

A autarquia tem 02 servidores efetivos no cargo de Segurança do Trabalho, sendo eles: Acísia Geralda de Oliveira, matrícula 1776 e Wendell Ferreira da Silva matrícula 1540.

Atualmente, temos contrato com empresa de engenharia de segurança do trabalho AST – Segurança e Medicina do Trabalho, onde o perito em segurança do trabalho elabora o PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais que é aplicado na autarquia.

Os laudos são feitos pelos técnicos de segurança com base no PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais elaborado pelo engenheiro de segurança do trabalho da empresa AST.

Quanto as informações encaminhadas para o TCEMG, referente aos pagamentos de adicionais de periculosidade e insalubridade, encaminhamos a planilha de atualização anual de todos os servidores e em /momento algum fomos informados que os dados não foram satisfatórios, ou seja, desorganizados e confusos, inviabilizando a compreensão do texto, conforme relata na página 55 dessa auditoria.

Nesse sentido, caso seja imprescindível o encaminhamento dos laudos individualizados dos servidores que recebem o adicional de insalubridade/periculosidade solicitamos manifestação deste tribunal com respectiva dilação de prazo para que seja possível o atendimento ao pleito.

2.8 – Ausência de processo seletivo simplificado para contratação de pessoal

Cumprimos a legislação vigente, Lei nº 8.229 de 21 de janeiro de 2013, que autoriza a contratação de pessoal por prazo determinado. ???????

2.9 – Contratações temporárias com prazo superior ao previsto em lei

O último concurso público realizado na autarquia foi em 2008, portanto, o mesmo não está mais vigente.

Aproveitamos para informar que foi contratada a Fundação João Pinheiro para realização de modernização e atualização do PCCS, bem como a reorganização administrativa do quadro de pessoal para após, ser feita a realização do concurso público. Vale ressaltar que a previsão era 2020, mas, devido a Pandemia o processo se tornou moroso e deverá ser finalizado no dia 31/07/2021, portanto, o concurso público poderá ser realizado no segundo semestre de 2021, respeitando as

limitações da Lei Complementar Federal nº 173 de 28 de maio de 2020.

A Lei da contratação não veda recontratar

A excepcionalidade do interesse público.

Os contratos cumpriam o período da Lei de até 02 anos